

CAPÍTULO 1 CUIDAR: POR QUE E DE QUE?

Certo dia, ao atravessar um rio, Cuidado viu um pedaço de barro. Logo teve uma ideia inspirada. Tomou um pouco do barro e começou a dar-lhe forma. Enquanto contemplava o que havia feito, apareceu Júpiter.

Cuidado pediu-lhe que soprasse espírito nele. O que Júpiter fez de bom grado.

Quando, porém, Cuidado quis dar um nome à criatura que havia moldado, Júpiter o proibiu. E exigiu que fosse imposto o seu nome.

Enquanto Júpiter e o Cuidado discutiam, surgiu, de repente, a Terra, que também quis conferir o seu nome à criatura, pois fora feita de barro, material do corpo da Terra. Originou-se então uma discussão generalizada.

De comum acordo pediram a Saturno que funcionasse como árbitro. Este tomou a seguinte decisão que pareceu justa: “Você, Júpiter, deu-lhe o espírito; receberá, pois, de volta este espírito por ocasião da morte dessa criatura.

Você, Terra, deu-lhe o corpo; receberá, portanto, também de volta o seu corpo quando essa criatura morrer.

Mas como você, Cuidado, foi quem, por primeiro, moldou a criatura, ficará sob seus cuidados enquanto ela viver.

E uma vez que entre vocês há acalorada discussão acerca do nome, decido eu: esta criatura será chamada Homem, isto é, feita de húmus, que significa terra fértil”. (BOFF, 2001, p. 46)

Conta-se que Mahatma Gandhi, líder indiano, ao ser perguntado se, depois da independência, em 1947, a Índia perseguiria o estilo de vida britânico, teria respondido: “... a Grã-Bretanha precisou de metade dos recursos do planeta para alcançar sua prosperidade; quantos planetas não seriam necessários para que um país como a Índia alcançasse o mesmo patamar?”

Já naquela época Gandhi observou que os países precisam mudar seus modelos de desenvolvimento, reestruturando-os para levar em consideração o meio ambiente.

A crescente demanda humana por recursos, no entanto, está colocando enormes pressões sobre a biodiversidade. Isso ameaça a prestação continuada de serviços do ecossistema, que não só ainda ameaça a biodiversidade, mas também a segurança de nossa própria espécie futuro, saúde e bem-estar. Hoje, sabe-se que se a exploração dos recursos continuar no mesmo ritmo, serão necessários ao menos dois planetas para suprir as demandas dos seres humanos até 2030. Segundo o relatório da WWF, Planeta Vivo 2012, estamos usando 50% mais recursos do que a Terra é capaz de nos oferecer e, a não ser que mudemos de rumo, esse número irá disparar.

Nosso planeta estando em risco impacta tanto nossos filhos quanto tudo o mais que amamos. A Responsabilidade Socioambiental da Administração Pública está diretamente ligada à ideia de risco e de cuidado – com o planeta, com as pessoas que nele habitam e que no futuro vão habitá-lo, com a ética e a valorização da coletividade. É uma responsabilidade que diz respeito ao servidor

como tal, mas também – e acima de tudo – ao servidor como habitante deste planeta, de modo que ela passe a ser um fator relevante nas escolhas diárias.

Como cuidar dá trabalho, exige perseverança e renúncia, a proposta deste capítulo é mostrar aos leitores os motivos e objetos – o **porquê** e **do que** cuidar – tornando claro o sentido deste esforço de mudança de cultura e de atitudes, já que do bem estar da Terra também depende o nosso bem estar, pois temos uma obrigação moral de proteger nosso meio ambiente e nossos filhos e netos.

Este cuidado começa com coisas muito básicas, como o consumo de produtos e serviços que, se realizado de forma consciente, resultará em um impacto positivo na preservação de recursos naturais. As decisões individuais e coletivas sobre o consumo inferem diretamente nos impactos ambientais, particularmente, no aquecimento global, na biodiversidade, na degradação do solo e na poluição do ar e da água.

Apesar de a água ocupar aproximadamente 70% da superfície do nosso planeta, 97,5% dela é salgada. Da parcela de água doce, apenas 2,5% é potável e a maior parte das reservas (68,9%) encontra-se em geleiras nas calotas polares, isto é, são impróprias para consumo.

Sendo a água um recurso natural essencial para a sobrevivência de todas as espécies que habitam a Terra, é preocupante saber que, conforme registrar o **Manual de Educação para o Consumo Sustentável**, do MMA, 20 a 60% da água tratada para consumo no Brasil se perca durante a distribuição, dependendo das condições de conservação das redes de abastecimento. Além disso, boa parte da água é desperdiçada também durante o consumo.

Segundo dados do **Almanaque para Práticas Sustentáveis**, de Thomas Enlazador, cerca de 75% da água que consumimos em casa são gastos no banheiro e 32% do consumo doméstico de água vêm dos chuveiros: um banho de chuveiro gasta cerca de 20 litros de água por minuto. Além disso, com a torneira aberta, são desperdiçados de 50 a 80 litros de água enquanto se escova os dentes ou se faz a barba. Aprenda a utilizar a torneira com menos vazão possível. Uma torneira aberta deixa correr de 12 a 20 litros de água por minuto. Para lavar o carro com uma mangueira permanentemente aberta, mais de 600 litros de água são gastos.

São números que assustam se pensarmos na conta de água ao final do mês. Sem falar que o que ocorre é que enquanto muitos desperdiçam água própria para consumo, outros não têm acesso à água. Muitas cidades brasileiras, principalmente no nordeste, contam com racionamento em períodos de seca dos rios. Lembre-se que evitando o desperdício, pela redução do consumo de água da rede pública, o custo de fornecimento da mesma poderá ser reduzido.

Quanto aos rios, estes muitas vezes são contaminados por “acidente”, pois é bastante comum a utilização de produtos de limpeza que contêm elementos tóxicos que podem prejudicar o meio ambiente, como detergentes e desodorizadores de ambientes ou para o banheiro.

Energia e água são indissociáveis. A água é onipresente na produção de energia e a energia é vital para o fornecimento de água. Cada recurso enfrenta crescentes exigências e restrições em muitas regiões, como consequência do crescimento econômico e populacional e, também, das mudanças climáticas. Para o setor energético, as restrições sobre a água podem desafiar a confiabilidade das operações existentes, bem como a viabilidade de projetos futuros.

A água também pode ser fonte de energia elétrica, através das hidrelétricas. A presença da energia hidráulica no Brasil é uma vantagem, já que se trata de uma energia limpa e que não depende de derivados do petróleo, carvão ou minerais radioativos, que são poluidores e finitos.

Segundo a ANEEL, o Brasil detém um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo, sendo que, atualmente, sua matriz energética é composta, predominantemente, por esta fonte, fornecendo 64,52%¹ da energia elétrica brasileira, de acordo com dados da ANEEL, ficando o restante distribuído entre as outras fontes de geração, quais sejam, eólica, solar e térmica, dentre outras.

A eficiência energética procura otimizar o uso das fontes de energia e consiste em usar menos energia para fornecer a mesma quantidade de valor energético. Isto é, utilizar a energia elétrica economicamente. A principal alternativa, e ao alcance de todos, é a utilização de lâmpadas fluorescentes, tubulares ou compactas, por terem a capacidade de gerar a mesma intensidade luminosa consumindo 4 vezes menos energia elétrica.

Vale lembrar que as lâmpadas fluorescentes são adequadas para ambientes de longa permanência, pois ao serem ligadas e desligadas continuamente, a sua vida útil é reduzida, além de haver um acréscimo no consumo de energia. O **PROCEL** faz uma análise de que em um universo de 50 milhões de residências no Brasil, por exemplo, e estipulando uma média de 5 lâmpadas incandescentes de 60 W por residência, a demanda será de 15.000 MW. Porém, substituindo essas mesmas 5 lâmpadas incandescentes de 60 W por 5 fluorescentes compactas de 15 W haverá uma demanda de 3750 MW, representando uma redução de 11250 MW. Esta diferença corresponderia aproximadamente a uma usina hidrelétrica do tamanho de Itaipu ou 1500 km² de florestas que deixariam de ser alagadas, ou ainda, no caso de usinas termoelétricas a gás natural, 6000 toneladas/h de CO² que deixarão de ser lançados na atmosfera.

¹ Dado do Banco de Informações de Geração – BIG, da ANEEL, em 3 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacidadeBrasil.asp>.

O uso da água para produção de energia também podem ter impactos importantes sobre os recursos de água doce, afetando tanto a sua disponibilidade (a quantidade na jusante) quanto sua qualidade (suas propriedades físicas e químicas). Por isso a importância do consumo sustentável da água. O **Manual de Educação para o Consumo Sustentável**, do MMA, dispõe que qualquer estratégia de consumo sustentável deve ter algumas características essenciais:

- deve ser parte de um estilo de vida sustentável em uma sociedade sustentável;
- deve contribuir para nossa capacidade de aprimoramento, enquanto indivíduo e sociedade;
- requer justiça no acesso ao capital natural, econômico e social para as presentes e futuras gerações;
- o consumo material deve se tornar cada vez menos importante em relação a outros componentes da felicidade e da qualidade de vida;
- deve ser consistente com a conservação e melhoria do ambiente natural; e
- deve acarretar um processo de aprendizagem, criatividade e adaptação.

Enquanto ocorre o processo de aprendizado, uma grande preocupação que não pode ser deixada para depois é a questão do lixo. O aumento na geração de resíduos sólidos tem várias consequências negativas: custos cada vez mais altos para coleta e tratamento do lixo; dificuldade para encontrar áreas disponíveis para sua disposição final; grande desperdício de matérias-primas. Por isso, os resíduos deveriam ser integrados como matérias primas nos ciclos produtivos ou na natureza.

Segundo o **Manual de Educação para o Consumo Sustentável**, outras consequências do enorme volume de lixo gerado pelas sociedades modernas, quando o lixo é depositado em locais inadequados ou a coleta é deficitária, são:

- contaminação do solo, ar e água;
- proliferação de vetores transmissores de doenças;
- entupimento de redes de drenagem urbana;
- enchentes;
- degradação do ambiente e depreciação imobiliária; doenças.

O lixo doméstico está repleto de restos de produtos de limpeza, tintas, óleos lubrificantes, frascos de aerossóis, lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias e outros materiais classificados como perigosos devido à presença de substâncias químicas tóxicas. Quando descartadas inadequadamente, em lixões, terrenos baldios, rios, lagos etc., essas substâncias podem contaminar o solo e as águas superficiais ou subterrâneas.

Um caminho para a solução dos problemas relacionados com o lixo é apontado pelo Princípio dos Três Erres (3R's) – reduzir, reutilizar e reciclar, apresentado pela Agenda 21 e pelo

documento “Coleta Seletiva – na escola, no condomínio, na empresa, na comunidade, no Município”, da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, que também apresenta muitos conceitos relacionados ao assunto:

- Reduzir significa consumir menos produtos e preferir aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.

- Reutilizar é maximizar o uso dos bens e das embalagens. Exemplo: os potes plásticos de sorvetes servem para guardar alimentos ou outros materiais; eletrodomésticos e calçados podem ser consertados em lugar de substituídos por novos.

- Reciclar envolve a transformação dos materiais. Por exemplo: fabricar um produto a partir de um material usado ou produzir papel reciclando papéis usados. Papelão, latas, vidros e plásticos também podem ser reciclados. Para facilitar o trabalho de encaminhar material pós-consumo para reciclagem, é importante fazer a separação no lugar de origem – a casa, o escritório, a fábrica, o hospital, a escola etc. A separação também é necessária para o descarte adequado de resíduos perigosos.

O IBGE realiza, periodicamente, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) com o objetivo de traçar um perfil da oferta de serviços de saneamento básico no Brasil. Em 2008, os dados em relação à destinação final dos resíduos gerados pelos municípios brasileiros foram: 27,7% em aterros sanitários, 22,5% em aterros controlados e apenas 50,8% em lixões. Tal situação se configura como um cenário de destinação reconhecidamente inadequado, que exige soluções urgente e estrutural para o setor. Contudo, independente das soluções e/ou combinações de soluções a serem pactuadas, isso certamente irá requerer mudanças social, econômica e cultural da sociedade.

O **Guia de Consumo Sustentável**, elaborado pelo IDEC e pelo MMA, lista as principais maneiras de se dispor do lixo:

- A **incineração** (queima do lixo) é a alternativa menos aceitável. Provoca graves problemas de poluição atmosférica e exige investimentos de grande porte para a construção de incineradores.

- A **compostagem** é uma maneira fácil e barata de tratar o lixo orgânico (detritos de cozinha, restos de poda das plantas dos jardins, fragmentos de árvores).

- A **reciclagem** é vista com entusiasmo pelos governos e pelos defensores da causa ambiental porque implica na redução do descarte de lixo inorgânico (plásticos, vidros, metais e papéis) e, também, porque acarreta a redução do consumo de matérias-primas, o volume de lixo e a poluição.

As primeiras iniciativas de reciclagem dos resíduos sólidos no Brasil começaram a partir de meados da década de 1980, surgindo como alternativas inovadoras para a redução da geração dos

resíduos sólidos domésticos. Desde então, comunidades organizadas, indústrias, empresas e governos locais têm sido mobilizados e induzidos à separação e classificação dos resíduos nas suas fontes produtoras. Tais iniciativas representaram um grande avanço no que diz respeito aos resíduos sólidos e sua produção

O material reciclado mais difundido no país é papel reciclado. No mercado brasileiro já existem papéis 100% reciclados, diferentes e de excelente qualidade, produzidos em escala industrial. A reciclagem de um mesmo papel com textura de boa qualidade é possível até sete vezes. O poder de compra da Administração Pública pode se tornar um forte indutor da produção de bens e desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis, uma vez que, como grande comprador, o Estado fomenta a sua produção em larga escala.

BENEFÍCIOS DA RECICLAGEM:

1. Redução do volume do lixo, com maior vida útil dos aterros;
2. Economia de energia;
3. Geração de emprego;
4. Menor preço de alguns produtos para o consumidor;
5. Melhorias no processo de decomposição da matéria orgânica;
6. Melhor controle da poluição nas praias, córregos e ruas;
7. Melhor qualidade de vida e saúde para a população.

AS VANTAGENS DA COLETA SELETIVA

1. Oportunidade de mudança de comportamento, de praticar cidadania, incentivando o respeito à natureza e a solidariedade humana;
2. Economia de matéria-prima. Em vez de tirar da natureza, se reaproveita ou se recicla;
3. Economia de energia elétrica e outras fontes energéticas da indústria;
4. Diminuição de lixos nas ruas. Ambiente limpo;
5. Fim das enchentes e dos alagamentos nas ruas por obstrução de canais fluviais;
6. Redução de resíduos para tratamento, coleta e destino final;
7. Aumenta a vida útil dos aterros sanitários;
8. Redução dos impactos ambientais nos aterros sanitários;
9. Geração de empregos nos lixões das grandes cidades;
10. Melhoria da qualidade de vida e da saúde pública;

11. Incentivo ao crescimento das indústrias de reciclagem.

Sobre reutilização, o melhor exemplo a ser dado é o da sacola plástica. Quando falamos em consumo consciente de sacolas plásticas, falamos sobre a adoção de hábitos com menor impacto no meio ambiente. Significa recusar sacolas plásticas sempre que possível, passando a adotar alternativas como sacolas retornáveis, caixas de papelão ou cestas para transportar as compras.

Significa também reutilizar aquelas sacolas que pegamos como envase de lixo úmido ou seco, separadamente. A sacola seca, contendo embalagens também secas, tem grande chance de ser reciclada com os demais materiais recicláveis.

Uma sacola plástica sozinha causa pouco estrago, mas o consumo excessivo estimulado pela gratuidade e disponibilidade tem grande impacto ambiental. No mundo são distribuídas de 500 bilhões a 1 trilhão de sacolas plásticas por ano. No Brasil, estima-se o consumo de 41 milhões de sacolas plásticas por dia, 1,25 bilhão por mês, e 15 bilhões por ano.

Muitas sacolas, quando descartadas de maneira incorreta, acabam em rios, lagos e oceanos, onde são confundidas com alimento e ingeridas por animais como tartarugas e aves marinhas, causando a morte de mais de 100 mil animais por ano em todo o mundo. Poluem cidades e entopem bueiros, agravando situações de desastres como alagamentos e enchentes.

Para a confecção de sacolas plásticas são utilizados recursos naturais não renováveis como petróleo e gás natural além de água e energia, e liberados efluentes (líquidos) e gases tóxicos, alguns dos quais acentuam o efeito estufa.

As sacolas podem levar de 100 a 400 anos para se degradarem. Tornam os lixões e aterros impermeáveis, dificultando a biodegradação de recursos orgânicos, com conseqüente acúmulo de gás metano em bolsões. Quando a montanha de lixo é revolvida, esses bolsões são rompidos, e o metano – gás 21 vezes mais danoso que o CO² – acaba liberado na atmosfera e pode causar explosões, ferimentos e morte.

O avanço das tecnologias de informação e comunicação tem trazido enormes avanços na democratização da informação e, como conseqüência, é um relevante instrumento de promoção da igualdade de oportunidades e de democratização política e econômica. No entanto, há impactos decorrentes das TICs que merecem nossa atenção, entre os quais a geração de lixo eletrônico.

O lixo eletrônico está crescendo mais rápido do que qualquer outro fluxo de resíduos, impulsionado por um mercado de eletrônicos crescendo e aumentando a taxa de obsolescência de equipamentos eletrônicos. O “e-lixo” é considerado uma questão ambiental crítica devido ao seu conteúdo em substâncias tóxicas (cádmio, mercúrio, chumbo, CFC, etc.) e também porque consome uma enorme quantidade de recursos naturais em sua produção.

Os eletrônicos brasileiros e o mercado de TI no país já ocupam a posição 5º maior no mundo, estando atrás somente da China, EUA, Japão e Rússia. Vários estados brasileiro iniciaram iniciativas de lixo eletrônico ou estão considerando legislações específica sobre o tema.

Segundo o estudo “*Wasting no Opportunity – The Case for Managing Brazil’s Electronic Waste*” (“Não joguemos a oportunidade fora – Evidências para um gerenciamento correto do lixo eletrônico brasileiro”, em tradução livre), realizado pelo Banco Mundial, em 2012, a gestão inadequada do fim-da-vida do descarte de eletrônicos pode criar impactos ambientais e problemas da saúde. O desmonte manual de equipamentos eletrônicos e elétricos pode causar problemas de saúde em razão do possível contato com as substâncias nocivas à saúde e, além disso, se as substâncias tóxicas presentes no lixo eletrônico forem para aterros a céu abertos podem contaminar as fontes de água e no solo terreno. Ademais, a incineração indevida de lixo eletrônico plásticos gera dioxinas e outros produtos químicos nocivos.

A Universidade de São Paulo desenvolveu o **Selo Verde USP**, que fornece importantes informações sobre este tema:

- ◆ O mundo produz cerca de 40 milhões de toneladas de lixo eletrônico (*e-waste*) por ano.
- ◆ O *e-waste* constitui-se de equipamentos eletroeletrônicos que foram descartados.
- ◆ Geralmente libera tóxicos quando incinerado, dado que aparelhos antigos contêm produtos químicos prejudiciais e metais pesados como mercúrio e cádmio.
- ◆ Na maioria das vezes, é enviado para aterros sanitários.
- ◆ Em alguns países, parte deste lixo é exportado para países em desenvolvimento, onde pessoas trabalham sob condições inadequadas e não regulamentadas.

Alguns elementos químicos podem ser bastante nocivos ao ser humano. Apresentamos a seguir alguns componentes tóxicos encontrados em eletrônicos:

Componentes tóxicos

Elemento	Equipamento
Chumbo	PC, Monitor, TV, Celular
Cádmio	PC, Monitor, TV, Bateria
Mercúrio	PC, Monitor, TV
Berílio	PC, Celular

Fonte: Dados do Programa de Gestão Ambiental, do Ministério Público Federal, e do estudo “*Wasting no Opportunity – The Case for Managing Brazil’s Electronic Waste*”, do Banco Mundial.

Mas não só de consumo vive o ser humano. É necessário falar sobre a qualidade de vida, ressaltando que ela engloba todas as atividades, incluindo aquelas realizadas no ambiente de trabalho. Ela se reflete nas decisões que tomamos em diversas áreas.

Segundo a **A3P**, a Administração Pública deve buscar permanentemente uma melhor Qualidade de Vida no Trabalho promovendo ações para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores. Para tanto, as instituições públicas devem desenvolver e implantar programas específicos que envolvam o grau de satisfação da pessoa com o ambiente de trabalho, melhoramento das condições ambientais gerais, promoção da saúde e segurança, integração social, desenvolvimento das capacidades humanas, entre outros fatores.

Combater o desperdício é poupar os recursos naturais e valorizar os bens públicos. Combater o desperdício é conviver de forma equilibrada com a natureza e fazer economia para os cofres públicos.

A qualidade de vida está diretamente associada à saúde e ao bem estar. O barulho de aparelhos antigos de ar condicionado e ventiladores, de oficinas de manutenção e outros tantos ruídos fortes ouvidos nos locais de trabalho, em geral podem gerar danos à saúde.

Apesar da proibição do uso de cigarros, charutos e cachimbos no interior de prédios da Administração Pública ser objeto de lei nas três instâncias de governo, muitos servidores continuam fumando nos locais de trabalho. A lei não obriga a deixar o vício, mas determina sejam definidas áreas restritas aos fumantes.

A brigada de incêndio poderá ajudar o monitoramento da manutenção dos equipamentos de incêndio, da liberação das rotas de fuga (saídas de emergência) – escadarias e portas corta-fogo – como também prevenir contra situações de risco (inadequação de instalações elétricas, localização de botijões de gás liquefeito de petróleo e materiais inflamáveis). Normalmente, a brigada passa por treinamentos periódicos realizados pelo Corpo de Bombeiros ou pela Defesa Civil local.

Para se ter qualidade de vida, também é necessário ter atenção com a alimentação. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) demonstrou que 90% dos legumes e verduras consumidos pelos cariocas sofreram alguma contaminação microbiológica ou química, colocando em risco sua saúde. A contaminação foi causada por substâncias provenientes da aplicação de agrotóxicos ou da água usada na irrigação do terreno, geralmente contaminada por coliformes fecais.

O aumento do consumo de carne e derivados também preocupa, pois a criação de animais constitui importante fonte de contaminação ambiental. Em todo o mundo, cerca de 16% da demanda de cereais e 20% dos alimentos feculentos se destinam a forragem para gado. Calcula-se que um terço do peixe pescado no mundo seja utilizado em ração para produzir carne de frango, de gado, de porco e ovos. Além disso, existem registros da presença na carne de resíduos de antibióticos, hormônios (usados para que o animal cresça melhor e mais rápido) e restos de agrotóxicos da forragem. O consumo de carne difere muito entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e, nestes últimos, entre um grupo social e outro.

Atualmente, as principais causas de doenças e mortes estão relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis como obesidade, hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares, dislipidemias e até alguns tipos de câncer. As políticas direcionadas à promoção da alimentação saudável devem contemplar as duas faces da insegurança alimentar e nutricional: a desnutrição e a obesidade, além de estimular o desenvolvimento sustentável e a geração de renda para pequenos produtores e agricultores familiares.

O desmatamento influencia diretamente no desenvolvimento sustentável de uma região emitindo toneladas de dióxido de carbono para a atmosfera. Segundo dados da FAO (*Food and Agricultural Organization*, organismo das Nações Unidas dedicado à alimentação e à agricultura), desde os anos 90 foram destruídos 16,1 milhões de hectares de cobertura vegetal ao ano, 15,2 milhões nos trópicos.

Entre 1990 e 2000, os maiores desmatamentos ocorreram em países em desenvolvimento como o Brasil, Congo, Indonésia e México. Essa mesma pesquisa mostrou que a principal causa da degradação ambiental é a conversão das florestas para a agricultura, incêndios e o uso excessivo dos recursos das matas.

Consumidores mais conscientes começam a pressionar o mercado por produtos cuja sustentabilidade seja garantida. A certificação florestal é voluntária e depende da iniciativa da empresa ou organização interessada. É um instrumento de incentivo à utilização sustentável das florestas e permite aos consumidores identificar produtos fabricados com madeira extraída de forma legal e sem prejuízos para o meio ambiente.

Segundo dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a colheita de madeira sob manejo sustentável é 35% mais lucrativa do que o sistema convencional.

Os temas apresentados nesse capítulo são poucos diante da gama de problemas que vivenciamos no dia a dia. A preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade do planeta renderiam muito mais páginas do que poderíamos escrever neste Guia. Procuramos nos ater àqueles temas presentes no nosso dia a dia, vivenciados por todos, como uma forma de conscientizar e despertar interesse sobre o tema a partir da realidade em que vivemos.

Seja no trabalho ou fora dele, constantemente nos deparamos com pequenas escolhas sobre como nos portarmos em relação à sustentabilidade e ao meio ambiente. Individualmente, estas escolhas pouco parecem afetar o ambiente que nos cerca. Contudo, ao longo do tempo nossas pequenas escolhas podem impactar profundamente o mundo que nos cerca – cabe a cada um garantir que este impacto será positivo. Como servidores públicos, temos a chance de trabalhar não só individualmente, mas também coletivamente em prol de um mundo mais sustentável. Isso sem contar que devemos também servir como exemplo para a sociedade a partir de nossas ações.

Seja qual for a função que exerçamos na Administração Pública, o resultado do nosso comprometimento com o uso racional de todo o tipo de bem público será bem visto pela sociedade e com certeza influenciará, em pouco tempo, outros servidores a procederem da mesma forma.

Agora que já sabemos “do quê” cuidar e o “porquê” de cuidarmos, passamos a uma outra questão – esta mais prática que as outras: “como” cuidar. No capítulo a seguir, reunimos diversas orientações e dicas sobre como fazer nossa parte por esta causa tão importante. Seja em casa ou no trabalho, há muito que podemos fazer. São atitudes que vão desde as mais simples até aquelas que exigem um trabalho em conjunto entre várias áreas da sociedade. Não há dúvida que, se cada um de nós fizer suas contribuições, por mais ínfimas que pareçam, o resultado será significativo e crucial

para o bem do planeta e das próximas gerações. Aqui, vale lembrar a velha máxima: “pensar globalmente, agir localmente”.

REFLEXÃO

Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas.

Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), parágrafo 6.